

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Movimento nº 331 Class.: 526
 Data 02 de 08/11/81 Pg.: _____

FUNAI

Sobre os "critérios de indianidade"

Mais uma invenção que visa destruir os povos indígenas

A questão da "indianidade" vem sendo, já há algum tempo, uma das principais preocupações da Funai. (...)

Os "critérios de indianidade", antes de serem analisados como um "delírio militar" brasileiro, devem ser vistos dentro do conjunto de objetivos do Estado voltados para a destruição total das sociedades indígenas. (...)

Uma das principais características do projeto de emancipação, de 1978, foi a de colocar em questão especificamente a terra indígena. Em outras palavras, a política determinada pelo governo era de se apossar direta e abertamente das terras das comunidades indígenas que fossem determinadas como "integradas". As terras seriam transformadas em lotes familiares, o que iria favorecer não só o roubo por decreto da maior parte dos territórios, como também a desintegração da comunidade através da imposição da propriedade privada da terra.

Condenado pela opinião pública nacional e internacional, por sertanistas e missionários, antropólogos, juristas e outros, o projeto foi arquivado. (...)

Uma vez arquivado o projeto, a Funai tratou de intensificar os trabalhos para a desagregação das comunidades indígenas através da continuidade dos seus projetos econômicos empresariais, transformando o índio em mão-de-obra barata, da compra de liderança, da paralisação da demarcação das terras e repressão a todas as iniciativas libertadoras por parte dos índios.

Seria muito ingênuo supor que, depois de derrotado na tentativa de

emancipar por decreto, o Estado abandonasse seus objetivos de resolver a "questão indígena", através da destruição de toda a resistência.

É neste contexto que os "critérios de indianidade" precisam ser analisados. Sem jamais perder de vista que a "questão indígena" é parte do quadro mais geral do autoritarismo desenvolvimentista do Estado brasileiro.

O desrespeito às comunidades indígenas na elaboração dos "critérios" é total. É também uma total desconsideração pela capacidade de raciocínio crítico da sociedade brasileira, na medida em que pretende impor conceitos racistas em nome da "ciência". (...)

Se o projeto de emancipação de Rangel Reis pretendia retirar dos índios seu único meio de sobrevivência, seu único bem — a terra —, os "critérios de indianidade" atacam as sociedades indígenas pelo que elas têm de mais profundo: o seu ser, a sua identidade enquanto povo, a sua sobrevivência física e cultural. Ambos, o projeto e os "critérios", são faces de uma mesma moeda, são meios que o Estado brasileiro elabora para atingir

os seus fins: a destruição das sociedades indígenas, a tomada de suas terras e a transformação de seus membros em mão-de-obra barata, tal qual a maioria da população brasileira.

O texto dos "critérios" não apresenta a menor coerência interna, é altamente tendencioso e etnocêntrico. A total falta de seriedade da Funai e os reais objetivos do texto são expressos logo na sua primeira página, quando o item II determina simplesmente "não há necessidade de justificar ou explicar os indicadores: basta citá-los". (...)

A Funai "define" o índio como aquele que tem "mentalidade primiti-

va" e características "biológicas, psicológicas e culturais indesejáveis".

A "teoria" que está por trás de tais "critérios" é a da "raça pura", onde a "mestiçagem" e a "degenerescência da raça". (...)

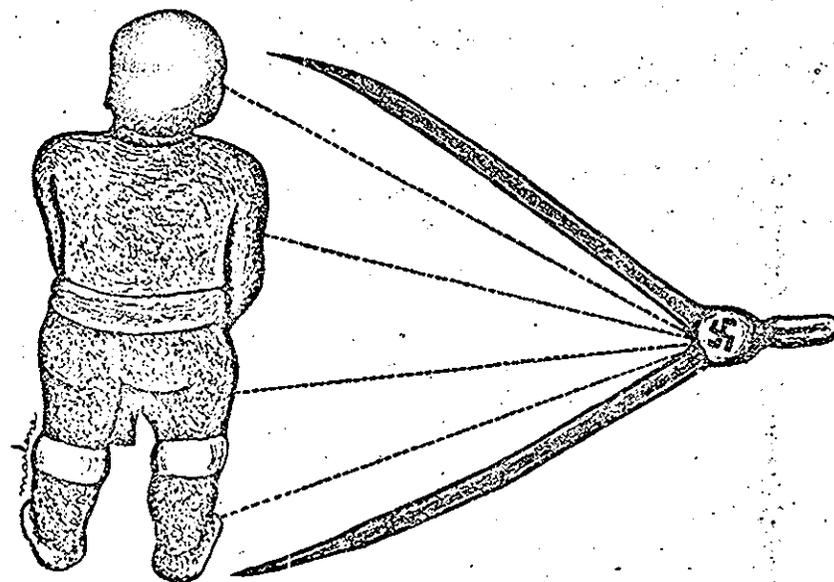
O alvo obviamente são os índios que falam português, as lideranças indígenas que vêm despontando, e as comunidades que passo a passo vêm assumindo a sua identidade e lutando pelo direito de suas terras. (...)

Diante das denúncias feitas pelas antropólogas Eunice Drhan e Lux Vidal, apontando os "indicadores" como fascistas, racistas e perigosos politicamente, a Funai afirma que os critérios fazem parte de um "trabalho maior, dividido em seis etapas" (*Folha de S. Paulo*, 6/10/81), o que nos deixa ainda mais apreensivos. Afirma também que a ABA (Associação Brasileira de Antropologia) deveria "cuidar do Brasil, pois quem cuida do índio é a Funai" (*Idem, Folha de S. Paulo*).

Descendo mais ainda o nível da argumentação, a Funai pretende, com esta afirmação, descaracterizar a

MOVIMENTO

nº 331 02 de 08/11/81



questão indígena e escamotear a questão da identidade nacional. Ela pretende impor à sociedade brasileira que as nações indígenas não existem, que a diversidade cultural não existe.

A questão indígena e a questão nacional estão estreitamente relacionadas. Se, através da história, as populações indígenas serviram como prova de "brasilidade" das expansões e conquistas territoriais do Brasil, avançando sobre os territórios espanhóis, hoje a "brasilidade" das populações indígenas é reclamada para legitimar o que é determinado como Estado nacional.

É nossa reponsabilidade ampliar ao máximo esta discussão e favorecer a circulação de informações entre os povos indígenas, para que a tomada de posição conjunta possa caminhar no sentido de fazer frente a esta política autoritária e discriminatória, em busca de justiça e liberdade.

Fátima Roberto, antropóloga do Centro de Documentação Terra e Índio Cuiabá — MT